

Perfil da educação do campo: na escola do São Francisco do Bandeira no Município de Dois Vizinhos-PR

Education profile of campo: at school of the San Francisco of the flag in Municipio of Dois Vizinhos-PR

MARIZA ROTTA*
SIDENEY BECKER ONOFRE**



RESUMO – A educação é a sistematização de um conjunto de valores, ideias, princípios, conhecimentos teóricos e empíricos, baseados na cultura de uma sociedade, que agrega valores em diferentes fases do desenvolvimento sociocultural. Esta definição é importante para fazer uma abordagem diferenciada da escola do campo e do processo de ensino-aprendizagem nela desenvolvido, principalmente, quando se analisa os altos índices de rotatividade de docência e a ausência de políticas educacionais diferenciadas, que visem ao incentivo de uma educação do campo e que primem pela real necessidade que o homem do campo tem em sua formação. Em face desses fatores, a escola do campo está deixando de ter significado para os alunos e deixando de cumprir sua principal missão: transformar vidas. Faz-se necessário um conglomerado de fatores conjuntos, intrínsecos e extrínsecos, para que esta situação possa ser revertida, como, por exemplo: alteração da grade curricular, política de bolsas de estudo nas áreas que se relacionam com o campo, capacitação técnica dos docentes, melhoramentos na estrutura funcional e tecnológica das unidades escolares, melhoramento no transporte, tanto dos docentes quanto dos alunos, e políticas macroeconômicas que visem ao desenvolvimento do campo como um todo.

Descritores – Educador; escola do campo; educação.

ABSTRACT – Education is the systematization of a set of values, ideas, principles, theoretical and empirical knowledge that are based on the culture of a company that adds value at different stages of sociocultural development. Given that this definition is important for a differentiated approach to the field of school and the teaching-learning process developed in this, especially when considering the high rates of teacher turnover, lack of educational policies differentiated, all aimed at encouragement of education of the field that the prime real need that the man of the field in their training needs in light of these factors that the school leaving the field to have meaning for the students and leaving to fulfill its primary mission: transforming lives. It is necessary, a conglomerate of factors sets, intrinsic and extrinsic, that this situation can be reversed, eg change of grade curriculum, policy of scholarships in the areas related to the field, technical training of teachers, improvements in technology and organizational structure of school units, improvement in the transport of both students and teachers about the macro-economic policies aimed at the development of the field as a whole.

Keywords – Educator; school of the field; education.

INTRODUÇÃO

A população do campo tem reivindicado uma educação própria, ou seja, uma educação do campo que esteja ligada aos modos de organização da vida e da cultura dos povos

que vivem no campo. Para tanto, tem promovido inúmeros debates, em nível nacional, estadual e municipal, com o objetivo de articular políticas educacionais específicas para a implementação no campo. As discussões acerca do assunto emergem, inicialmente, dos movimentos sociais,

* Mestre em Ciências Jurídicas pela CESUMAR. Coordenadora do Curso de Pedagogia e do Curso de Pós-Graduação em Psicopedagogia Clínica e Institucional da Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu – VIZIVALI. E-mail: mzrotta@yahoo.com.br

** Doutor em Processos Biotecnológicos pela UFPR. Professor Titular da Universidade Paranaense – UNIPAR – Unidade Campus de Francisco Beltrão-PR. E-mail: sidene@unipar.br

Artigo recebido em: fevereiro/2009. Aprovado em: junho/2009.

sendo esses os principais articuladores de uma proposta educacional de raízes socialistas, que possibilite incluir a escola com sua organicidade própria, com um sentido libertador, transformador, talvez, mesmo revolucionário, para aquilo que a escola faz ou pode vir a fazer.

Com a globalização, a cada dia é maior o número de pessoas que engrossam as fileiras do êxodo rural para os grandes centros urbanos. A maioria criando expectativas de progresso e desenvolvimento, mas não poucas vezes se deparando com uma realidade muito pior daquela que deixaram para trás. O âmbito educacional não foge dos fatores que geram expectativa, pois o paradigma utilizado é que a escola urbana tem muito mais para oferecer do que a escola no campo. Desta forma, foi necessário investigar quais são as necessidades fundamentais, tanto para os docentes do campo, como para os alunos e a comunidade rural, quais são os programas que estão funcionando com êxito e quais não funcionam, quais são os elementos positivos e negativos da escola rural atual, os índices de assistência escolar, deslocamento, infraestrutura da unidade escolar, grau de inserção da família no desenvolvimento pedagógico, conteúdos programáticos, nível de aperfeiçoamento dos docentes, enfim, estudar os fatores que se vivenciam no dia a dia em uma unidade escolar do meio rural, e como esses fatores podem determinar o êxito ou o fracasso do projeto educacional de ensino, que tem por proposta desenvolver o indivíduo no local onde está inserido, concedendo ferramentas úteis de transformação da sociedade e ampliando seus conhecimentos teórico-práticos para um futuro melhor.

Neste contexto, propor uma análise dos limites e possibilidades da Educação do Campo, por meio de um estudo de caso, para a Escola do São Francisco do bandeira, do Município de Dois Vizinhos, situado no estado do Paraná, é uma forma de buscar novos parâmetros de análise em nível local da real situação do campo, que sirva de objeto para análises do meio educacional como forma de percepção para novos rumos para a problemática central, que se demonstra como uma amostragem real de uma unidade escolar localizada no âmbito rural.

METODOLOGIA

As desigualdades entre os homens têm se perpetuado e se intensificado, tendo em vista as novas formas de relações sociais, sejam elas nos espaços rurais ou urbanos, têm se modificado e imprimido uma nova forma de organizar a educação, principalmente, por parte dos excluídos, ou seja, os trabalhadores, especificamente aqui, os trabalhadores rurais.

A partir desse contexto social, político, econômico e educacional é que emergiu a proposta de estudar o perfil

da educação do campo na Escola do São Francisco do Bandeira no Município de Dois Vizinhos – PR. Assim, a análise desse meio vem demonstrar as possibilidades e limites dessa educação, para que sirva de referência para uma educação do campo diferenciada, cuja concepção é pautada na superação das diferenças que acabam por legitimar a dualidade da escola.

Para a obtenção dos dados nessa proposta, foi delineada uma pesquisa investigativa que se caracterizou como um estudo de cunho descritivo e analítico, numa abordagem qualitativa, tendo em vista que foi baseada num modelo dialético de análise, em que se procura identificar as múltiplas facetas à preocupação de proporcionar aos alunos dessa unidade de ensino uma educação voltada a seus interesses, e que, por meio disso, pudesse auxiliar o homem do campo, que, mediante a realidade social, torna o campo sinônimo de atraso cultural e tecnológico.

Para a comprovação do real perfil educativo desenvolvido nesse espaço, o estudo de caso qualitativo caracterizou-se pela investigação na qual a observação e análise da realidade de forma natural complexa e atualizada são constantes; ressalta a realidade, revelando a multiplicidade de dimensões da problemática, evidenciando sua complexidade e suas relações, dando assim ao pesquisador várias informações que permitam confirmação ou rejeição de hipóteses. Os objetivos da investigação podem contribuir para os diretores de escola, por meio de uma gestão escolar diferenciada, pois o assunto é de grande complexidade frente ao dia-a-dia na comunidade educacional. Para demonstrar as variantes que oscilam no meio pedagógico, buscou-se apoio procedimental, conforme expõe Gil (2002), uma pesquisa, quanto aos seus procedimentos técnicos, pode ser classificada como: pesquisa bibliográfica, sendo desenvolvida com base em material já elaborado, constituído de fontes que traduzem dados apurados cientificamente sobre o assunto. Quanto ao levantamento de dados, recolheram-se informações através da aplicação de questionário com questões abertas, para cada professor da unidade de ensino, como meio para levantar os subsídios necessários para se chegar a prováveis respostas aos questionamentos levantados. Visou-se a sumariar as observações, de forma que estas viessem a permitir o alcance dos objetivos propostos na interpretação e análise, buscando o sentido mais amplo, de forma analógica com resultados similares, para destacar pontos em comum e pontos de discordância.

Nesses termos, os agentes envolvidos que serviram de fonte para delimitação da situação educativa, mediante análise quantitativa e qualitativa, compreendeu professores da unidade de ensino que pertence à Rede Estadual do Município de Dois Vizinhos, totalizando um número de treze docentes, considerados os principais

sujeitos na perspectiva de ação escolar desse meio, que representam as práticas sociais analisadas não só como parte da realidade, mas imersas no seu contexto de produção e interação.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

Faz-se necessário uma melhoria no processo pedagógico da educação do campo, levando a percepção da necessidade de adoção de formas diferenciadas no processo da educação, que incluem estrategicamente a elaboração de um planejamento pedagógico diferenciado, percebendo o educando do campo como um sujeito que provém de um contexto diferenciado daquele pensando no momento dos delineamentos nacionais de educação, que considere, desde sua realidade local e regional, que precisa ser adaptada à diversidade da vida no campo, que se inicia pela proposta de um calendário escolar diferenciado, em função dos períodos de colheita, que não ocorrem no período das férias escolares, até a contemplação de currículo adaptado às necessidades do homem do campo.

Com o intuito de conhecer o trabalho educativo desenvolvido no campo, identificando as principais dificuldades e estratégias utilizadas na prática docente no Colégio Estadual São Francisco do Bandeira do Município de Dois Vizinhos – PR, trabalhou-se em um sério período de análise dos dados para poder demonstrar o viés que contempla a formação desse meio. Os resultados obtidos visam a servir de base para as adaptações curriculares; sendo importante que os sistemas de ensino e o corpo docente se organizem de forma que as lutas já iniciadas pela organização da educação do campo possam ser

atendidas para que haja uma educação do campo com mais qualidade. Para tanto, nos itens a seguir, faz-se uma análise da pesquisa realizada junto aos educadores e à equipe pedagógica, em que poderá comprovar-se as dificuldades do educador em relação ao processo educativo do campo e possíveis considerações a esse processo.

Formação docente e qualidade do ensino das escolas rurais

A visão idílica da formação não corresponde à realidade cotidiana. O descontentamento com o modelo de formação recebido é evidenciado. A prática, a experiência cotidiana, as trocas com colegas de trabalho são os principais responsáveis pelo processo de formação docente. Enfim, a sala de aula é o palco da formação, da constituição do ser professor rural.

Em análise ao primeiro aspecto da Tabela 1, de como suprir a falta de professores concursados, percebe-se a necessidade do docente que leciona no campo ser mais bem valorizado através de salários melhores, pois normalmente o professor do campo precisa de um período de deslocamento mais longo, menos horas de sono, vias de acesso mais difíceis, em suma, uma série de fatores que devem ser considerados na hora de cada docente receber a recompensa pelo seu esforço. Nestes termos, deveria haver um incentivo maior por parte dos governos estaduais e municipais e, até mesmo, federais para esses educadores. Em países como o Chile, na América do Sul, os professores do campo chegam a ganhar cerca de 40% a mais do que seus colegas que ensinam nos centros urbanos, na mesma rede pública, em razão do incentivo do governo. Medidas como estas poderiam ser desenvolvidas pelos governantes nacionais.

TABELA 1 – Como analisar as políticas educacionais de incentivo à formação docente e de um currículo escolar diferenciado para a educação do campo

Questionamento	Respostas relevantes	Percentual de respostas do grupo
1. Como suprir a falta de professores concursados da unidade escolar no campo?	a) Oferecendo um diferencial no salário dos professores, devido ao acesso até a unidade escolar ser distante.	80%
	b) Fornecendo uma formação diferenciada para o professor interessado na metodologia do campo.	20%
2. O currículo escolar atende às necessidades e expectativas do padrão rural ou apenas está focada na visão urbana de educação?	a) Atende a necessidade, devido à educação no campo e projeto vida na roça que está implantado na escola.	70%
	b) Está na visão urbana, mas vem sendo adaptado de acordo com a realidade da unidade escolar do campo.	30%
3. Que medidas o Estado estabelece e que venham equiparar os níveis de ensino da escola rural com a escola urbana?	a) Aulas direcionadas ao campo, cursos e palestras que motivem o jovem a ter perspectiva de vida no campo.	100%

Nas universidades deveria ser obrigatória a tomada de algumas matérias extracurriculares para os cursos de Pedagogia, principalmente em face de essa formação estar ligada com as discussões relevantes dos diferentes contextos educacionais. Desta maneira, responderia o segundo aspecto da tabela, em que os docentes teriam um preparo melhor nas áreas onde estão inseridos.

Com relação ao currículo escolar do campo, vem sendo adaptado à realidade intrínseca do meio, mas ainda existe uma ampla porcentagem de melhora nas abordagens e na metodologia, que, por vezes, ainda permanece atrelada ao velho paradigma urbano.

O Estado poderia intervir de forma mais veemente na educação no campo, pois no decorrer do processo se beneficiaria diretamente com os melhores resultados advindos de uma educação diferenciada no meio rural. Políticas de distribuição de bolsas de estudo para os melhores alunos em carreiras relacionadas ao campo, cursos técnicos de curta duração, tanto para docentes quanto para alunos, seriam medidas que viriam motivar e dar uma perspectiva real de crescimento para quem participa do processo educacional no campo.

Diante desse contexto, busca analisar as raízes da discussão que trama nos diversos contextos sociais por uma educação do campo diferenciada. Nessa busca, a Lei de Diretrizes e Bases, nº 4.024/61, revelava uma preocupação especial em desenvolver educação nas áreas rurais, para diminuir as quantidades de famílias do campo para cidade, gerando problemas habitacionais, estimulando o crescimento da pobreza existente nos grandes centros urbanos. Essa demonstração encontrou novamente fundamento na Lei de Diretrizes Bases, nº 9.394/96, 1996, que reconhece em alguns de seus dispositivos a necessidade de um ensino com maior responsabilidade por meio de todos os co-responsáveis pelo processo educacional. Nestes termos, elucida essa posição, de forma a nos mostrar em seus fundamentos assim dispostos:

Art. 3º O ensino será ministrada com base nos seguintes princípios: **I.** Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; **II.** Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte, e o saber; **III.** pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas; **IV.** respeito a liberdade e apreço a tolerância; **VII.** valorização do profissional da educação escolar; **IX.** garantia de padrão de qualidade; **XI.** vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade na competência em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o

recomendar. **§1º** A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no país e no interior tendo como base as normas curriculares gerais. **§2º** O calendário escolar deverá adequar-se as peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o numero de horas letivas previsto nesta lei.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão, ainda, as seguintes diretrizes: **I.** a difusão de valores fundamentais ao interesse social, direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática;

Art. 61. A formação de profissionais da educação, de modo a atender aos objetivos dos diferentes níveis e modalidades de ensino e as características de cada fase do desenvolvimento do educando: **I.** a associação entre teorias e práticas, inclusive mediante a capacitação em serviço;

A diversidade sociocultural e o direito à igualdade e à diferença, possibilitando a definição de diretrizes operacionais para educação do campo, sem, no entanto, romper com o projeto global de educação para o país.

A idéia de mera adaptação é substituída pela de adequação, o que significa levar em conta nos conteúdos e na metodologia os processos próprios de aprendizado do estudante, e o que é específico do campo permite ainda a organização da escola, adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas.

As diretrizes operacionais da educação básica das escolas do campo, aprovadas também em 2001, pelo Conselho Nacional de Educação, representam um marco para educação do campo, pois refletem preocupações conceituais presentes, reivindicações dos movimentos sociais, dentre elas o reconhecimento e a valorização da diversidade dos povos do campo, a formação diferenciada dos professores, a possibilidade de diferentes maneiras de organização da escola, adequação dos conteúdos uso de práticas pedagógicas contextualizadas. Conforme denomina as DCEs (2001, p. 28):

É evidente a necessidade de uma política que valorize os profissionais da educação no campo. É oportuno destacar as necessidades de ações efetivas focadas na expansão do quadro, na formação profissional adequada e na formação continuada, considerando projetos pedagógicos específicos e melhoria salarial que estimule a permanência de profissionais qualificados em sala de aula nas escolas rurais.

A política de identidade do campo precisa compreender que a cidade não é superior ao campo, e, a partir dessa compreensão, introduzir novas relações baseadas na solidariedade entre campo e cidade e nas formas de poder de produção econômica de gestão política e do cognitivo. O campo é um espaço rico e diverso, tendo produto e

produtor de cultura. Essa capacidade que produz cultura, que o constitui um espaço criativo, e não simplesmente um espaço de produção econômica, o campo é, em primeiro lugar, espaço da cultura.

Os educadores são sujeitos da educação do campo, que se identifica pela valorização da tarefa específica dos educadores. Sabemos que em muitos lugares eles têm sido sujeitos importantes na luta pela educação do campo, especialmente nas escolas. Que tem estado à frente em muitas lutas pelo direito à educação, por isso durante essa trajetória foi construído um conceito mais abrangente de educador. O educador é aquele que tem o trabalho principal de fazer e de pensar a formação humana, seja ela nas famílias, na escola, na comunidade ou nos movimentos sociais seja com crianças, jovens ou adultos. Nesta perspectiva, todos são de alguma forma educador, mas isto não tira a especificidade dessa tarefa: nem todos têm como trabalho principal o de educar as pessoas e o de conhecer o difícil processo de aprendizagem e de desenvolvimento do ser humano. Nestes termos, Roseli Salete Caldart (2002, p. 40) demonstra que:

A tarefa maior do educador é de contribuir na construção de um novo modelo de desenvolvimento e de ampliar o espaço do campo, nesse modelo se materializara quanto maior for a capacidade de inserir nos debates públicos sobre educação escolar, socializando com conjunto de educadores e educandos do campo e da cidade estas reflexões por uma educação do campo diferenciada.

Um espaço bom será garantir a inserção dos educadores nos debates que serão desencadeados para a elaboração dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e dos Planos Municipais de Educação (PME). Precisa-se ter consciência desta dupla preocupação: não basta garantir mais avanços na legislação educacional, fazendo constar nesses instrumentos dispositivos que contemplem os motivos das propostas pelas articulações estaduais e municipais. É necessário assumir o desafio de fazer deste processo de elaboração dos planos um momento para reflexão sobre o conjunto da comunidade local e a importância do espaço do campo na construção de um novo modelo de desenvolvimento. É necessário também enraizar a educação do campo em uma perspectiva transdisciplinar, exigindo esforços que contribuam para sua institucionalização nos sistemas públicos municipais e estaduais.

Considerando que a situação da educação do campo ocorre nas escolas isoladas, como são denominadas pelo Poder Público, estas vêm sendo fechadas, sendo que as pequenas comunidades rurais ficam à mercê da boa vontade das autoridades locais para manter as instituições escolares funcionando, ou então encaminhar seus filhos para a cidade, ou para escolas nucleadas, que recebem

estudantes desenraizados de sua comunidade, transitando horas a fio por estradas mal cuidadas e em condições nem sempre seguras.

Essa problemática é vivenciada hoje em todo o Brasil, e as questões aqui evidenciadas devem-se, segundo Fernandes (2004, p. 38) “à situação geral da educação brasileira hoje, e, em particular, de tendências de marginalização das escolas do meio rural, sendo também um problema grave o tipo de escola pública oferecida à população do campo”.

Nesse sentido, a ausência de políticas públicas que garantam o mínimo de qualidade de vida das pessoas que moram e trabalham no campo exige estratégias de mobilização popular para fazer frente ao “vazio deixado pelo Estado”, reagir ao processo de exclusão e forçar novas políticas de acesso à educação.

O campo precisa ser reconhecido como um lugar específico e com sujeitos que lhes são próprios, é preciso olhar para o campo como um lugar de seres humanos, sujeitos sociais, olhar para a infância, juventude e idosos do campo, compreender que, no campo, existem diferentes pessoas com diferentes identidades, compreender que estes diferentes grupos humanos do campo têm história, cultura e identidade, todos têm direitos sociais que devem ser respeitados e atendidos.

A finalidade da ação educativa é o auxílio no desenvolvimento do ser humano, na humanização e criticidade na sociedade de que faz parte. Sem compreender isso, é difícil olhar nossos educandos como sujeitos definidores da prática educativa. Ver a educação como formação humana faz com que os educadores se ocupem com as questões da pedagogia: como formar o ser humano mais pleno? Que dimensões devem ser incluídas no projeto de educação?

O educador do campo precisa envolver-se na luta, provocando o debate sobre como garantir o acesso das famílias do campo às formas de educação que assegurem seu desenvolvimento, precisa ajudar a construir a cultura do direito à escola para todas as pessoas do campo, discutir o direito à educação, a maneira de construir uma pedagogia que forme identidades, valores, autoestima, de projeto de olhar para o passado com o intuito de criar novas possibilidades para o futuro. Para Roseli Salete Caldart (2002, p. 132)

Ser educador do campo é ajudar a construir com cada sujeito uma pedagogia capaz de formá-lo, como ser humano e como sujeito social; uma pedagogia que se desenvolva nas diversas práticas que compõem o cotidiano deste povo, incluindo a escola.

Trabalhando nessa perspectiva, o educador do campo desenvolverá um ótimo trabalho, fazendo haver a diferença com auxílio dos movimentos, através das lutas, organização e expressão, que têm ajudado a reconhecer

os direitos, criando novas possibilidades de viver com dignidade. Neste limiar, Roseli Salete Caldart (2002, p. 133) destaca:

Fazer parte desse povo; participar de sua memória; participar de seus processos de formação, humanização; identificar-se com seu projeto utópico, com o desafio de formar as pessoas para construí-lo na prática. Ser exemplo dos valores que brotam de suas práticas de resistência, de luta: a solidariedade, o espírito de cooperação, a compaixão (o sentir com o outro), a persistência [...] afirmar e participar do movimento da história sem temer contradições e conflitos.

A educação do campo se faz no diálogo entre seus diferentes sujeitos. Os pequenos agricultores, povos indígenas, pescadores, camponeses, roceiros, entre outros tantos personagens desse meio que estão ligados a alguma forma de organização popular, pois há diferentes modos de pensar, agir, e diferentes meios de fazer a própria realidade do campo.

Com o passar do tempo, vimos construindo um aprendizado sobre estas diferenças, que já podem ser considerados traços de identidade. O interessante é que fazemos parte desse povo brasileiro que vive no campo, e que historicamente tem sido vítima da discriminação econômica, política e cultural.

E aprendendo também que, em nome de nossa identidade comum e destas nossas lutas comuns, não podemos querer apagar nossas diferenças, ignorando identidades e culturas construídas em séculos de história, e através de tantas outras lutas; isto certamente significaria reproduzir, entre nós, o processo de invasão cultural.

A educação do campo e sua realidade

Para o fortalecimento da escola rural, a educação é um grande aliado, havendo a necessidade de basear-se em

questões que interessam ao próprio indivíduo do campo: defesa do meio ambiente, tecnologias agrícolas, novos maquinários, exercício político, cidadania. Esta estrutura deve respeitar os hábitos rurais, as diferenças regionais, como os horários, a valorização do mundo rural, os temas, a metodologia de ensino e um calendário que respeite o ciclo da agricultura. E não empurrar o camponês para a dinâmica perversa, que é o êxodo rural, seja em busca de emprego ou de escolarização (ver Tabela 2).

Os resultados apresentados demonstram que a baixa autoestima está presente como fator determinante de influência negativa na frequência às aulas no Campo. O aluno gera uma sensação de falta de perspectivas com relação a sua carreira escolar, o que provoca desânimo, falta de motivação e baixa autoestima, como círculo vicioso no meio escolar.

As dificuldades de locomoção devido à distância da unidade escolar e, normalmente, por estarem cercadas de vias de difícil acesso, provocam também uma expectativa negativa no aluno, ao se comparar com os estudantes dos centros urbanos, pois sentem que suas dificuldades são muito maiores e que não terão recompensa pelos esforços feitos se continuarem frequentando a escola.

Com relação às dificuldades cognitivas vistas na tabela, cabe ressaltar que a interpretação básica de leitura se vê afetada diretamente nos alunos do campo, pela falta de contato com meios de comunicação, tais como, por exemplo, internet, revistas, jornais e outras formas de comunicação que, quando mais acessíveis, ajudam no desenvolvimento cognitivo do aluno, no que se refere ao desenvolvimento do processo de compreensão da aprendizagem como um todo. É preciso levar às unidades escolares do campo o acesso à tecnologia, de forma a oferecer nosso ensino com a mesma qualidade para todos.

TABELA 2 – Demonstra a formação dos alunos, através do planejamento diferenciado, realizado pelos docentes.

Questionamento	Respostas relevantes	Percentual de respostas do grupo
1. Quais as maiores causas para o alto índice de abandono e evasão escolar no campo?	a) Baixa auto-estima falta de incentivo por parte dos pais.	60%
	b) A distância da unidade escolar.	40%
2. Quais as maiores dificuldades cognitivas nos alunos das séries de nível médio no campo?	a) Interpretação de leitura e falta de informação.	90%
	b) carência afetiva e timidez.	10%
3. Como a estrutura pedagógica das unidades escolares no campo influencia o aprendizado dos alunos?	a) Porque motivam os alunos, dando-lhes oportunidades para o desenvolvimento da aprendizagem.	90%
	b) Busca de inovações na parte pedagógica para incentivar a aprendizagem.	10%

Com relação à estrutura pedagógica no campo, percebe-se que precisamos tomar em conta os fatores mencionados anteriormente, a fim de sermos eficazes e eficientes tanto no alcance dos métodos como de seus objetivos curriculares.

A estrutura pedagógica deve estar em concordância com as peculiaridades do campo, assim como as tarefas escolares, as matérias e os enfoques devem ser totalmente diferentes da estrutura urbana. O aluno do campo precisa desenvolver uma estrutura que atenda suas necessidades e que auxilie no desenvolvimento de seu potencial.

A educação tem, portanto, como principal meta alcançar as pessoas onde elas estão e ajudá-las a crescer no sentido cultural, técnico, sendo necessário para isso que esteja atrelada ao conjunto de fatores que formam a realidade que ela procura transformar. O processo educativo só tem resultado quando os fatores econômicos, raciais, culturais, financeiros, religiosos são considerados dentro de todos os âmbitos do processo, pois, quando estes fatores são ignorados, o processo educativo fica truncado, obsoleto e alheio à realidade do aluno, portanto, insignificante.

Em primeiro lugar, deveria se desenvolver uma política diferenciada, tanto no papel do docente quanto nas grades curriculares das unidades escolares urbanas e do campo, pois ambas diferem, e muito, em seu tipo de aluno. O governo estadual e federal deveria anexar à escola do campo matérias como floricultura, topografia, pecuária, agricultura, meio ambiente, produção agrícola. Com isto, a motivação pelas aulas iria aumentar em grande quantidade, pois a educação estaria atendendo às expectativas reais dos alunos que estão inseridos no processo educativo.

Em segundo lugar, o acréscimo de matérias específicas na grade curricular do campo iria permitir um tipo de docente treinado e especializado, especificamente, para unidades escolares não urbanas, aumentando o status social desta classe de profissionais que, não poucas vezes, sentem que atender unidades escolares no campo é menos atraente que atender numa escola particular de um grande centro.

Atrelado a um ganho financeiro diferenciado para o docente que trabalha no campo, o governo iria gerar um senso de realização no docente, o que melhoraria muitíssimo o rendimento destes profissionais na unidade escolar e, conseqüentemente, o desenvolvimento do aluno.

A educação deve estar atenta para os processos produtivos que realizam, hoje, o trabalhador do campo e participar dos debates sobre as alternativas de trabalho e opções de projetos, com o intuito de desenvolvimento – local e regional – que podem devolver a dignidade para as famílias do campo. E, ainda, pensar como esses processos devem ser trabalhados nos diferentes espaços

educativos, com conteúdos escolares selecionados a partir do significado que tem para determinada comunidade escolar.

Quando se fala em significado busca-se a análise dos elementos da identidade das escolas do campo, que não são apenas um espaço geográfico que possui vínculos com os povos do campo, seja os que vivem no meio rural seja os que vivem nos municípios rurais do nosso país.

O povo do campo tem sua identidade definida a partir dos sujeitos sociais a quem se destina: ribeirinhos, pescadores, indígenas, agricultores e seus familiares. Essa concepção está expressa no parecer das diretrizes e tem sua identidade definida no artigo 2º, das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo.

Art. 2º Estas Diretrizes, com base na legislação educacional, constituem um conjunto de princípios e de procedimentos que visam a adequar o projeto institucional das escolas do campo às Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio, Educação de Jovens e Adultos, Educação Especial, Educação Indígena, Educação profissional de Nível técnico e Formação de professores em Nível Médio na modalidade Normal. **Parágrafo único.** A identidade da escola do campo é definida pela sua vinculação às questões inerentes à sua realidade, ancorando-se na temporalidade e saberes próprios dos estudantes, na memória coletiva, que sinaliza futuros, na rede de ciência e tecnologia disponível na sociedade e nos movimentos sociais em defesa de projetos que associem as soluções exigidas por essas questões à qualidade social da vida coletiva no país.

A seleção requer investigação, por parte do professor, para que possa determinar quais conteúdos contribuem nos diversos momentos pedagógicos, para o melhor conhecimento do educando.

Conforme pesquisas realizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas – INEP (2007, p. 18), as principais dificuldades encontradas na educação do campo são:

Insuficiência e precariedade das instalações físicas das escolas do campo; dificuldades de acesso de professores e alunos às escolas, em função da falta de sistemas adequados do transporte escolar; falta de professores habilitados e efetivados, o que provoca constante rotatividade; falta de conhecimento especializado sobre política básica de educação para o meio rural, com currículos inadequados que privilegiem uma visão urbana de educação e desenvolvimento; ausência de assistência pedagógica e supervisão escolar nas escolas rurais; falta de atualização das propostas pedagógicas da escola rural; necessidade de reavaliação das políticas de nucleação das escolas e implementação do calendário escolar adequado às necessidades do meio rural.

Com relação ao perfil socioeconômico da população rural, os indicadores nos apontam que existe uma grande desigualdade entre o campo e a cidade, e entre as grandes regiões.

Pensar o futuro da educação do campo

Tem-se constituído, a partir das reflexões feitas pelos sujeitos envolvidos com a vida no campo, nas mais variadas práticas estabelecidas em meios familiares, nos movimentos sociais e educativos que integram a articulação por uma educação do campo, a importância da construção de projetos de sociedade direcionados ao homem do campo. Isso significa ter uma educação com estratégia de ação direta da liberdade dos sujeitos, podendo assim obter avanços na formação dos homens do campo, para que esses sejam capazes de romper os obstáculos da desigualdade, forjando uma nova sociedade (ver Tabela 3).

Em relação ao fator idade, esse é determinante para produzir uma motivação positiva no aluno do campo. Infelizmente, devido a um sem número de fatores, tais como trabalho familiar, dificuldades de aprendizagem, falta de perspectivas, o desenvolvimento do sujeito se vê prejudicado nas séries iniciais, gerando alunos com idade avançada no processo escolar decorrente. No primeiro estágio, o aluno é ciente dos fatores que produziram o atraso, mas basta um pequeno tropeço, ou a repetição de um ano, para desestimulá-lo completamente e, posteriormente, desencadear o aborto escolar.

A educação não pode ter os mesmos moldes e os mesmos requisitos disciplinares em todos os lugares e culturas. É preciso respeitar o fator sociocultural e o ambiente em que a escola esta inserida. Matérias como álgebra, cálculo e trigonometria, comparadas com agricultura, cuidados do solo e pecuária, para um alunado

do campo, não tem o mesmo significado e interesse. Sendo que as primeiras são necessárias, mas não relevantes para a vida no campo. É preciso tornar o ensino no campo como uma via de desenvolvimento, e não apenas como um requisito social a cumprir.

O terceiro aspecto da tabela estabelece relação com o segundo, matérias de aplicação cotidiana, como zootecnia, cultivo do solo, pecuária, horticultura, deveriam fazer parte da grade curricular de toda unidade localizada no campo, sendo canalizadas através de projetos práticos, de forma que o ensino se torne real e atrativo para o aluno.

Outra medida que tornaria o ensino no campo mais atraente seria uma política de bolsas de estudo para colégios técnicos agrícolas e faculdades de agronomia e veterinária, para o aluno que tivesse cursado mais de 60 % do Ensino Básico e Médio no campo. Isto não somente despertaria uma motivação nas unidades escolares no campo, mas desenvolveria o Brasil com conhecimento técnico nas áreas em que é forte, como agricultura e pecuária.

O quarto aspecto da tabela se liga com o anterior. Se os pais perceberem que o estudo dos filhos vai trazer retorno para a família, diretamente, eles vão ter uma participação maior na unidade escolar. Se o filho se tornar um técnico agrícola ou um veterinário no dia de amanhã, a partir do plano de carreira que começou na primeira série, eles terão interesse em que seus filhos tenham presença escolar e irão estimulá-los ao aprendizado.

Portanto, muitas vezes é premente analisar que a educação é um direito social, sendo assim igual para todos. A educação, enquanto organizadora e produtora da cultura de um povo e refletida para a cultura do campo, na prática – como direito social de educação de qualidade para todos – não acontece.

TABELA 3 – Demonstra a compreensão do papel da educação nesse meio, como elemento primordial na formação da consciência política e identidade do homem do campo.

Questionamento	Respostas relevantes	Percentual de respostas do grupo
1. Como o fator idade pode desestimular a continuidade do processo escolar?	a) O aluno com mais idade sente-se envergonhado, desestimulado em relação aos demais, por ter idade mais avançada.	100%
2. Que tipo de disciplinas deveria ser inserido em todas as unidades do campo?	a) agricultura, horticultura, pecuária e meio ambiente.	90%
	b) Orçamento financeiro, administração rural.	10%
3. Que medidas podem ser tomadas para motivar os jovens do campo a completarem o nível médio?	a) Projetos voltados para educação do campo.	100%
4. Como a inclusão dos pais pode melhorar o ensino no campo?	a) Os alunos encontrarão mais segurança, melhorando seu aprendizado, pois a presença dos pais impõe mais responsabilidade no aluno.	100%

A educação recria o campo porque busca saídas e alternativas para o modelo de desenvolvimento rural atual. Neste aspecto, a educação do campo deve estar vinculada a uma cultura que se constrói por meio de relações medidas pelo trabalho, como produção material e cultural de existência humana.

O processo da globalização está mudando a economia, a cultura, a política, a história e a educação. Pensando na educação do futuro, faz-se necessário pensar sobre o processo de globalização da economia das culturas e das comunicações. Fazer com que a justiça aconteça, perante o direito humano, é essencial ao acesso à educação, mas também a possibilidade de utilizar os benefícios provindos dela. Na era do conhecimento deverá surgir também um novo aluno, sujeito de sua formação, motivado para aprender, disciplinado e organizado, mas cidadão do mundo, solidário e curioso. Aprender não é apenas compreender e conceitualizar, é querer compartilhar no dar sentido, expressar-se e viver.

O fundamento da identidade do povo do campo é a luta por políticas públicas que garantam o seu direito à educação, que seja no campo e para o campo, como uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação vinculada à cultura e necessidades humanas e sociais.

A luta no campo das políticas públicas é a única maneira de universalização ao acesso de todo povo à educação, é preciso incluir o debate da educação do campo, ao debate geral sobre educação e ao debate de um projeto popular de desenvolvimento dos pais.

Pensar a educação com uma concepção de campo significa ter uma visão dos processos sociais, no campo dos movimentos sociais, e aumentar as questões da agenda de lutas sociais no campo dos movimentos sociais. Aumentar as questões da agenda de lutas nas políticas públicas auxilia os pensamentos e relações entre a política agrária e a política de educação.

Educação do campo combina com agricultura camponesa, agro ecologia popular, devendo ser estabelecido um debate político de como combater o latifúndio e agricultura centrada no negócio, e como fortalecer um modelo popular de agricultura. A educação do campo defende a superação da antinomia rural e urbana e da visão que ainda predomina, de que o mais avançado e moderno é o urbano. Existe uma matriz de pensamento que busca construir outro olhar para essa relação, campo e cidade vistos dentro da igualdade social e da diversidade cultural.

É preciso refletir sobre como ajudar a construir desde a infância uma visão crítica de como aprender e ensinar nas diferentes fases da vida, ao olhar para realidade, observando seu movimento e as relações que existem entre os fatos, respeitar e, ao mesmo tempo, reconstruir modos de vida, como respeitar uma organização coletiva.

Existem diferenças de escolaridade média da população urbana e rural: podemos observar que, de todas as regiões do país, no sul é apresentada a maior média (5 anos) de estudo, sendo que, para a população rural, prevalece um hiato de 2,7 anos de estudos, em relação à população urbana. No nordeste, o quadro é mais crítico, pois a população rural, com mais de quinze anos, tem em média 3,1 anos de estudo, o equivalente a menos da metade da escolaridade média da população urbana (6,3 anos).

Os índices de analfabetismo no Brasil são mais preocupantes na área rural, segundo dados do PNAD, 2004, já que 29,8% da população adulta da zona rural é analfabeta, enquanto na zona urbana a taxa permanece em 8,7%, não incluindo os analfabetos funcionais, que é a população com menos de quatro séries do Ensino Fundamental. É observada na faixa etária de 15 a 17 anos a idade adequada para o ensino médio, de acordo com o PNAD, 2004, e a taxa de frequência alcançada pela escola é de 81,9%. Para a população rural, este índice é 10 pontos inferior (71,8%). Nota-se que houve um bom progresso nos últimos 4 anos, com um grande avanço em termos de percentuais na área rural.

Pode-se perceber a socialização como uma tarefa da escola, compreendendo-a como espaço de vivência e relações sociais, que vão formando uma maneira de ser humano que pode ser formado com a consciência de transformações. A socialização pode acontecer desde a referência do individualismo ou da cooperação e preocupação com o coletivo.

Na escola existe algum tipo de socialização, pelo fato de sempre haver relações sociais, mas nem sempre é integrado ao projeto pedagógico e à intencionalidade do trabalho dos educadores. O processo de socialização pode acontecer a partir das práticas que se desenvolvem, por meio da organização do trabalho pedagógico apresentado aos educandos e das formas de participação que lhes são apresentadas.

A educação do campo precisa incluir em seu projeto pedagógico uma reflexão cuidadosa e mais aprofundada sobre como acontecem, na escola, os processos de socialização, sua relação com os processos de conservação e de criação de culturas e com a formação dos novos sujeitos sociais do campo. É importante ainda esse repensar sobre o projeto pedagógico e que outros processos de socialização estão formando as novas gerações de trabalhadores e trabalhadoras, e que traços podem ser melhorados, pela intencionalidade pedagógica, com a perspectiva de um novo projeto de desenvolvimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estruturar o delineamento que dificulta a educação do campo contribuiu para estabelecer um parâmetro

no desenvolvimento educacional e pedagógico que o docente do campo estabelece no seu processo educativo. É importante salientar que o modelo pedagógico na escola rural deveria diferir, e muito, do modelo tradicional estabelecido nos centros urbanos. O paradigma educacional do Colégio Estadual São Francisco Bandeira é uma amostragem real da realidade que acontece em muitas unidades educacionais de caráter rural: alto índice de rotatividade, por parte dos docentes, falta de motivação, por parte dos alunos, devido a pouca perspectiva de desenvolvimento, falta de apoio familiar ao aluno, devido à causa anterior, salários não compatíveis com o esforço dos docentes, dificuldade nas vias de acesso na unidade escolar, deficiência na infra-estrutura da unidade escolar.

Porém, através de nosso estudo, descobrimos que existem alternativas que podem ser adotadas no processo educativo, tais como: formação diferenciada dos educadores, nas áreas específicas que dizem relação com a vida no campo, uma maior estabilidade e plano de carreira para os docentes que optarem por servirem na área rural, transporte adequado às necessidades geográficas em que a unidade escolar está inserida - com custos assumidos pelo governo estadual, e não pelos próprios docentes - salários compatíveis com o valor que o campo tem para o desenvolvimento do país, calendário escolar compatível com as épocas de plantio e colheita, de forma de diminuir a ausência escolar nestes períodos, investimento na infra-estrutura física e tecnológica da unidade escolar, inserção da família do aluno no processo pedagógico, tanto no aprendizado como no ensino prático de algumas disciplinas, estabelecimento, junto ao governo municipal ou estadual, de uma política de bolsas de estudo na área de agricultura, pecuária e outras áreas relacionadas à permanência no campo.

No mundo globalizado e pós-moderno, o campo tem recebido um estigma de atraso e penúria. As pessoas que estão envolvidas no processo educacional, tanto da parte da docência quanto da parte do aprendizado (aluno), têm a visão de que, quem está no campo, não terá as mesmas oportunidades de crescimento de quem está inserido no meio urbano. Portanto, existe um alto índice migratório

para os grandes centros, ficando a unidade escolar rural defasada e sem atrativo para o aluno que a frequenta. Faz-se necessária uma mudança de paradigma e de foco, desde o âmbito micro até o macro, para que a sociedade e a educação possam ser justas, inclusivas, transformadoras de todo e qualquer ser humano, não importando onde ele esteja inserido.

REFERÊNCIAS

- CALAZANS, M. J. C. **Escola e educação do campo**. Campinas: Papyrus, 1993.
- CALDART, S. R. **Educação do Campo: identidade e políticas Públicas**. Brasília, 2002.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisas**. São Paulo: Atlas, 1991.
- LEITE, S. C. **Escola Rural, urbanização e políticas educacionais**. São Paulo: Cortez, 1999.
- MARX, K. **O Capital**. Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. Livro 1, v. 1.
- MOLINA, C. M. **Por uma educação do campo**. Contribuições para a Construção de um projeto de Educação do Campo. Brasília, 2004.
- MORAES, M. C. M. (Org.). **Iluminismo às Avessas**. Produção de conhecimento e política de formação docente. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- NAGLE, J. **Educação e sociedade na Primeira República**. 2. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.
- NETO, L. B. **Avanços e retrocessos da educação rural no Brasil**. (Tese de Doutorado), Campinas, SP, 2003.
- OLIVEIRA, C. et al. **Municipalização do ensino no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.
- RAUEN, Fábio José. **Elementos de iniciação à pesquisa**. Rio do Sul, SC: Nova Era, 1999.
- SOARES, E. **Diretrizes curriculares para a educação do campo**. Brasília, 2001.
- VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica**. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2002.
- ZOTTI, S. A. **Educação, sociedade e currículo no Brasil: dos Jesuítas aos anos de 1980**. São Paulo: Autores Associados, 2004.